

STJ00098200

Daniel Amorim Assumpção Neves

---

# MANUAL DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

VOLUME ÚNICO

**6.<sup>a</sup> edição**

revista, atualizada e ampliada



SÃO PAULO

- A EDITORA MÉTODO se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra. Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

*Copyright* © 2014 by

**Editora MÉTODO LTDA.**

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Rua Dona Brígida, 701, Vila Mariana – 04111-081 – São Paulo – SP

Tel.: (11) 5080-0770 / (21) 3543-0770 – Fax: (11) 5080-0714

metodo@grupogen.com.br | www.editorametodo.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998). Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- Capa: Rafael Molotiefschi

- CIP – Brasil. Catalogação na fonte.  
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

Neves, Daniel Amorim Assumpção

Manual de direito processual civil / Daniel Amorim Assumpção Neves. – 6. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2014.

ISBN 978-85-309-5254-9

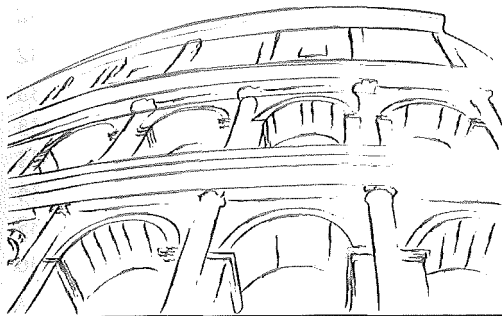
Inclui bibliografia

1. Processo civil - Brasil. 2. Direito processual - Brasil. I. Título.

09-2719

CDU: 347.91/.95(81)

6.ª ed., 1.ª tir.: fev./2014; 2.ª tir.: abr./2014.



# SUMÁRIO

## LIVRO I

### TEORIA GERAL DO PROCESSO

<b>1. JURISDIÇÃO .....</b>	<b>3</b>
1.1. Conceito .....	3
1.2. Equivalentes jurisdicionais .....	5
1.2.1. Autotutela .....	5
1.2.2. Autocomposição .....	6
1.2.3. Mediação .....	7
1.2.4. Arbitragem .....	11
1.3. Escopos da jurisdição .....	14
1.4. Características principais .....	15
1.4.1. Caráter substitutivo .....	15
1.4.2. Lide .....	16
1.4.3. Inércia .....	18
1.4.4. Definitividade .....	20
1.5. Princípios da jurisdição .....	21
1.5.1. Investidura .....	21
1.5.2. Territorialidade (aderência ao território) .....	21
1.5.3. Indelegabilidade .....	23
1.5.4. Inevitabilidade .....	24
1.5.5. Inafastabilidade .....	24
1.5.6. Juiz natural .....	29
1.5.7. Promotor natural .....	30
1.6. Espécies de jurisdição .....	31

1.6.1. Jurisdição penal ou civil.....	32
1.6.2. Jurisdição superior ou inferior.....	32
1.6.3. Jurisdição comum e especial.....	32
1.7. Jurisdição voluntária.....	32
1.7.1. Características.....	33
1.7.1.1. Obrigatoriedade.....	33
1.7.1.2. Princípio inquisitivo.....	33
1.7.1.3. Juízo de equidade.....	34
1.7.1.4. Participação do Ministério Público como fiscal da lei.....	35
1.7.2. Natureza jurídica.....	36
1.7.2.1. Inexistência de caráter substitutivo.....	37
1.7.2.2. Inexistência de aplicação do direito ao caso concreto.....	37
1.7.2.3. Ausência de lide.....	38
1.7.2.4. Não há partes, mas meros interessados.....	38
1.7.2.5. Não há processo, mas mero procedimento.....	39
1.7.2.6. Inexistência de coisa julgada material.....	39
1.8. Tutela jurisdicional.....	40
1.8.1. Espécie de crise jurídica.....	41
1.8.2. Natureza jurídica dos resultados jurídico-materiais.....	43
1.8.3. Coincidência de resultados com a satisfação voluntária.....	45
1.8.4. Espécie de técnicas procedimentais.....	48
1.8.5. Cognição vertical (profundidade).....	49
1.8.6. Sistema processual.....	54
<b>2. PROCESSO.....</b>	<b>61</b>
2.1. Introdução.....	61
2.1.1. Processo como procedimento.....	61
2.1.2. Processo como contrato.....	62
2.1.3. Processo como um quase contrato.....	62
2.1.4. Processo como relação jurídica.....	63
2.1.5. Processo como situação jurídica.....	63
2.1.6. Processo como procedimento em contraditório.....	64
2.1.7. Procedimento animado por uma relação jurídica em contraditório... ..	64
2.1.8. Conclusão.....	65
2.2. Procedimento.....	65
2.3. Relação jurídica processual.....	65
2.3.1. Composição.....	65
2.3.2. Características.....	67
2.3.3. Pressupostos processuais.....	68
2.3.3.1. Pressupostos processuais subjetivos (juiz/juízo).....	69
2.3.3.1.1. Investidura.....	69

2.3.3.1.2. Imparcialidade .....	69
2.3.3.1.3. Competência .....	71
2.3.3.2. Pressupostos processuais subjetivos (partes) .....	71
2.3.3.2.1. Capacidade de ser parte .....	71
2.3.3.2.2. Capacidade de estar em juízo .....	72
2.3.3.2.3. Capacidade postulatória.....	73
2.3.3.3. Pressupostos processuais objetivos .....	74
2.3.3.3.1. Pressupostos processuais objetivos extrínsecos .....	74
2.3.3.3.2. Pressupostos processuais objetivos intrínsecos .....	75
2.3.3.3.2.1. Demanda.....	75
2.3.3.3.2.2. Petição inicial apta.....	75
2.3.3.3.2.3. Citação válida.....	76
2.3.3.3.2.4. Regularidade formal.....	77
2.4. Princípios processuais.....	77
2.4.1. Devido processo legal.....	77
2.4.2. Contraditório .....	78
2.4.2.1. Conceito tradicional: informação + possibilidade de reação .....	79
2.4.2.2. Poder de influência das partes na formação do convencimento do juiz.....	81
2.4.2.3. Contraditório como forma de evitar surpresa às partes.....	81
2.4.2.4. Contraditório inútil.....	82
2.4.2.5. Contraditório diferido (ou postecipado) .....	83
2.4.3. Princípios dispositivo e inquisitivo (inquisitório) .....	86
2.4.4. Motivação das decisões .....	87
2.4.5. Isonomia.....	89
2.4.6. Publicidade dos atos processuais.....	92
2.4.7. Princípio da economia processual .....	93
2.4.8. Princípio da instrumentalidade das formas .....	94
2.4.9. Princípio da razoável duração do processo .....	96
2.4.10. Princípio da cooperação .....	98
2.4.11. Princípio da boa-fé e lealdade processual .....	99
<b>3. AÇÃO .....</b>	<b>107</b>
3.1. Teorias da ação.....	107
3.1.1. Teoria imanentista (civilista).....	107
3.1.2. Teoria concreta da ação .....	108
3.1.3. Teoria abstrata do direito de ação.....	109
3.1.4. Teoria eclética .....	110
3.1.5. Teoria da asserção.....	112
3.2. Condições da ação.....	113
3.2.1. Introdução.....	113
3.2.2. Possibilidade jurídica do pedido .....	114

3.2.3. Interesse de agir .....	115
3.2.4. Legitimidade.....	118
3.3. Elementos da ação.....	120
3.3.1. Introdução.....	120
3.3.2. Partes.....	120
3.3.3. Pedido.....	122
3.3.3.1. Certeza e determinação do pedido.....	123
3.3.3.2. Pedidos genéricos .....	124
3.3.3.2.1. Universalidade de bens .....	124
3.3.3.2.2. Demanda de indenização quando impossível a fixação do valor do dano.....	124
3.3.3.2.3. Valor depender de ato a ser praticado pelo réu .....	127
3.3.3.3. Pedido implícito .....	127
3.3.3.4. Cumulação de pedidos .....	130
3.3.3.4.1. Requisitos para a cumulação dos pedidos.....	130
3.3.3.4.1.1. Pedidos não podem ser incompatíveis entre si .....	131
3.3.3.4.1.2. Mesmo juízo competente para todos os pedidos .....	132
3.3.3.4.1.3. Identidade procedimental .....	133
3.3.3.4.2. Espécies de cumulação.....	134
3.3.4. Causa de pedir .....	136
<b>4. COMPETÊNCIA .....</b>	<b>141</b>
4.1. Introdução .....	141
4.2. Competência relativa e absoluta .....	142
4.2.1. Competência relativa.....	143
4.2.1.1. Legitimado para arguir a incompetência relativa.....	143
4.2.1.2. Reconhecimento de ofício da incompetência relativa .....	145
4.2.1.3. Momento para alegação da incompetência relativa.....	148
4.2.1.4. Forma de alegação da afronta à regra de competência rela- tiva .....	149
4.2.1.5. Acolhimento da exceção e atos processuais já praticados.....	150
4.2.2. Competência absoluta .....	152
4.2.2.1. Legitimado para arguir a incompetência absoluta .....	152
4.2.2.2. Forma de alegação da incompetência absoluta .....	153
4.2.2.3. Reconhecimento da incompetência absoluta – atos pratica- dos.....	154
4.2.2.4. Momento de arguição da incompetência absoluta.....	155
4.2.3. Esquema comparativo entre competência absoluta e competência relativa.....	156

4.3. Critérios para fixação da competência.....	157
4.4. Competência internacional .....	158
4.4.1. Introdução – princípio da efetividade.....	158
4.4.2. Competência internacional concorrente e exclusiva .....	158
4.4.3. Litispendência internacional.....	160
4.5. Espécies de competência.....	161
4.5.1. Competência territorial.....	161
4.5.1.1. Foro comum (ou geral ou ordinário) – art. 94 do CPC.....	162
4.5.1.2. Direito real imobiliário – art. 95 do CPC .....	163
4.5.1.3. Inventário, partilha, arrecadação, cumprimento de disposições de última vontade e ações em que o espólio for réu – art. 96 do CPC .....	165
4.5.1.4. Réu ausente – art. 97 do CPC.....	167
4.5.1.5. Réu incapaz – art. 98 do CPC .....	167
4.5.1.6. União .....	168
4.5.1.7. Competência por delegação – art. 109, § 3.º, da CF .....	169
4.5.1.8. Ação de separação, conversão de separação em divórcio e anulação de casamento – art. 100, I, do CPC.....	170
4.5.1.9. Ação de alimentos – art. 100, II, do CPC .....	172
4.5.1.10. Anulação de títulos extraviados ou destruídos – art. 100, III, do CPC.....	173
4.5.1.11. Pessoa jurídica como réu – art. 100, IV, <i>a</i> , do CPC .....	173
4.5.1.12. Obrigações contraídas pela agência ou sucursal – art. 100, IV, <i>b</i> , do CPC .....	174
4.5.1.13. Sociedade que carece de personalidade jurídica figurar como ré – art. 100, IV, <i>c</i> , do CPC .....	174
4.5.1.14. Obrigação a ser cumprida – art. 100, IV, <i>d</i> , do CPC .....	175
4.5.1.15. Reparação de dano – art. 100, V, do CPC.....	175
4.5.1.16. Administrador ou gestor de negócios alheios figurando como réu – art. 100, V, <i>b</i> , do CPC.....	176
4.5.1.17. Reparação de dano sofrido em razão de delito ou acidente de veículos – art. 100, parágrafo único, do CPC.....	176
4.5.2. Competência funcional.....	178
4.5.2.1. Conceito.....	178
4.5.2.2. Competência funcional ou competência territorial absoluta?....	179
4.5.2.2.1. Art. 95 do CPC – ações reais imobiliárias.....	180
4.5.2.2.2. Art. 2.º da Lei 7.347/1985 – Ação civil pública.....	180
4.5.3. Competência em razão da matéria .....	182
4.5.4. Competência em razão da pessoa.....	183
4.5.5. Competência em razão do valor da causa .....	183
4.5.5.1. Juizados especiais estaduais – Lei 9.099/1995.....	184
4.5.5.2. Juizados especiais federais – Lei 10.259/2001 .....	184

4.5.5.3. Juizados Especiais da Fazenda Pública Estadual – Lei 12.153/2009 .....	186
4.5.5.4. Foros regionais (distritais) .....	186
4.6. Competência da Justiça Federal .....	187
4.6.1. Competência em razão da pessoa ( <i>ratione personae</i> ) .....	187
4.6.1.1. Inciso I – “as causas em que a união, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à justiça eleitoral e à justiça do trabalho” .....	187
4.6.1.1.1. Sujeitos previstos no inciso legal que determinam a competência da Justiça Federal .....	187
4.6.1.1.2. Espécie de interesse que motiva a participação dos entes federais no processo .....	188
4.6.1.1.3. União federal e ação de usucapião .....	189
4.6.1.1.4. Intervenção dos entes federais em processos em trâmite perante a justiça estadual .....	190
4.6.1.1.5. Competência recursal para reconhecer a incompetência absoluta .....	192
4.6.1.2. Inciso II – “as causas entre estado estrangeiro ou organismo internacional e município ou pessoa domiciliada ou residente no País” .....	192
4.6.1.3. Inciso VIII – “os mandados de segurança e os habeas data contra ato de autoridade federal, excetuados os casos de competência dos tribunais federais” .....	193
4.6.2. Competência em razão da matéria ( <i>ratio materiae</i> ) .....	193
4.6.2.1. Inciso III – “as causas fundadas em tratado ou contrato da união com estado estrangeiro ou organismo internacional” .....	193
4.6.2.2. Inciso X – “(…), A execução da carta rogatória, após o exequatur, e de sentença estrangeira, após a homologação, as causas referentes à nacionalidade, inclusive a respectiva opção, e à naturalização” .....	194
4.6.2.3. Inciso XI – “a disputa sobre direitos indígenas” .....	194
4.6.2.4. Inciso V-A – “as causas relativas a direitos humanos a que se refere o § 5.º deste artigo” .....	195
4.7. Prorrogação de competência .....	195
4.7.1. Conceito .....	195
4.7.2. Prorrogação legal .....	196
4.7.2.1. Conexão e continência .....	196
4.7.2.1.1. Conceito .....	196
4.7.2.1.2. Identidade da causa de pedir ou pedido – integral ou parcial? .....	199
4.7.2.1.3. <i>Ratio</i> da conexão e a insuficiência do disposto no art. 103 do CPC .....	199



4.7.2.1.4. Obrigatoriedade ou facultatividade na reunião de processos em razão da conexão .....	200
4.7.2.2. Ausência de ingresso pelo réu de exceção declinatória de foro .....	203
4.7.3. Prorrogações voluntárias.....	203
4.7.3.1. Eleição de foro.....	203
4.7.3.2. Vontade unilateral do autor .....	204
4.8. Prevenção .....	205
4.8.1. Conceito .....	205
4.8.2. Prevenção de causas conexas em primeiro grau de jurisdição .....	205
4.9. Princípio da <i>perpetuatio jurisdictionis</i> – art. 87 do CPC.....	206
4.10. Conflito de competência .....	208
4.10.1. Conceito.....	208
4.10.2. Legitimidade.....	210
4.10.3. Competência para o julgamento do conflito .....	211
4.10.4. Procedimento .....	212
<b>5. LITISCONSÓRCIO .....</b>	<b>215</b>
5.1. Conceito .....	215
5.2. Hipóteses de cabimento.....	216
5.3. Classificação do litisconsórcio .....	218
5.3.1. Litisconsórcio ativo, passivo e misto.....	218
5.3.2. Litisconsórcio inicial (originário) ou ulterior (posterior, incidental ou superveniente) .....	218
5.3.3. Litisconsórcio necessário ou facultativo .....	219
5.3.4. Litisconsórcio unitário e simples .....	221
5.4. Limitação do litisconsórcio facultativo .....	222
5.4.1. Reconhecimento de ofício pelo juiz .....	222
5.4.2. Pedido da parte .....	223
5.4.3. Litisconsórcio recusável? .....	224
5.4.4. Consequência jurídica da limitação do litisconsórcio facultativo.....	225
5.5. Litisconsórcio necessário e unitário. Necessárias distinções .....	228
5.6. Litisconsórcio ativo necessário?.....	230
5.7. Existe a intervenção <i>iussu iudicis</i> no processo civil brasileiro?.....	234
5.8. Vício gerado pela ausência de litisconsórcio necessário .....	235
5.9. Litisconsórcio alternativo e sucessivo.....	237
5.10. Dinâmica entre os litisconsortes.....	238
5.10.1. Atos de disposição de direito.....	238
5.10.2. Presunção de veracidade dos fatos na revelia (art. 320, I, do CPC)....	239
5.10.3. Recurso interposto por somente um litisconsorte (art. 509, <i>caput</i> , do CPC).....	240

5.10.4. Produção da prova.....	241
5.10.5. A confissão e o litisconsórcio .....	242
5.10.6. Prazo para os litisconsortes.....	244
<b>6. INTERVENÇÃO DE TERCEIROS .....</b>	<b>247</b>
6.1. Intervenções típicas e atípicas.....	247
6.1.1. Processo/fase de conhecimento .....	248
6.1.1.1. <i>Amicus curiae</i> .....	248
6.1.1.2. Intervenções da Lei 9.469/1997 .....	254
6.1.1.3. Ação de alimentos .....	255
6.1.2. Processo/fase de execução .....	259
6.1.3. Processo cautelar.....	260
6.2. Assistência .....	261
6.2.1. Introdução.....	261
6.2.2. Assistência simples (adesiva).....	261
6.2.3. Assistência litisconsorcial (qualificada).....	262
6.2.3.1. Assistente litisconsorcial ou litisconsorte facultativo uni- tário? .....	263
6.2.4. Procedimento da assistência .....	265
6.2.5. Os poderes do assistente simples.....	268
6.2.6. Os poderes do assistente litisconsorcial.....	270
6.2.7. Imutabilidade da justiça da decisão .....	270
6.2.8. Justiça da decisão e coisa julgada.....	271
6.3. Oposição .....	273
6.3.1. Conceito e natureza jurídica.....	273
6.3.2. Espécies de oposição .....	274
6.3.2.1. Intervenção de terceiro (art. 59 do CPC) .....	274
6.3.2.2. Oposição como ação.....	275
6.3.2.3. Oposição após a sentença? .....	276
6.3.3. Procedimento.....	276
6.3.4. Recurso cabível contra decisão da oposição.....	278
6.3.5. Demanda bifronte.....	278
6.4. Nomeação à autoria.....	280
6.4.1. Conceito .....	280
6.4.2. Hipóteses de cabimento .....	281
6.4.2.1. Nomeação à autoria pelo mero detentor (art. 62 do CPC).....	281
6.4.2.2. Nomeação à autoria pelo mandatário em demandas de reparação de dano (art. 63 do CPC).....	282
6.4.3. Procedimento.....	283
6.5. Denúnciação da lide .....	287

6.5.1. Conceito .....	287
6.5.2. Hipóteses de cabimento .....	287
6.5.2.1. Denúnciação da lide pelo comprador evicto .....	288
6.5.2.2. Denúnciação da lide do possuidor direto (art. 70, II, do CPC).....	289
6.5.2.3. Denúnciação do obrigado, por lei ou contrato, a indenizar regressivamente a parte (art. 70, III, do CPC).....	290
6.5.3. Obrigatoriedade.....	292
6.5.4. Qualidade processual do denunciado.....	294
6.5.5. Denúnciação sucessiva .....	297
6.5.6. Procedimento da denúnciação da lide feita pelo autor.....	298
6.5.7. Procedimento da denúnciação pelo réu.....	299
6.6. Chamamento ao processo.....	302
6.6.1. Conceito .....	302
6.6.2. Hipóteses de cabimento .....	304
6.6.3. Procedimento.....	305
6.6.4. Chamamento ao processo no direito do consumidor .....	306
<b>7. PROCEDIMENTO SUMÁRIO.....</b>	<b>309</b>
7.1. Introdução .....	309
7.2. Sumariedade formal.....	310
7.3. Valor da causa (art. 275, I, do CPC) .....	311
7.4. Matérias (art. 275, II, do CPC) .....	312
7.4.1. Arrendamento rural e parceria agrícola .....	312
7.4.2. Cobranças ao condômino de quaisquer quantias devidas ao condomínio .....	313
7.4.3. Ressarcimento por danos em prédio urbano ou rústico .....	313
7.4.4. Ressarcimento por danos causados em acidente de veículo de via terrestre.....	313
7.4.5. Cobrança de seguro, relativamente aos danos causados em acidente de veículo, ressalvados os casos de processo de execução .....	314
7.4.6. Cobrança de honorários de profissionais liberais.....	314
7.4.7. Causas que versem sobre a revogação de doação .....	315
7.4.8. Demais casos previstos em lei.....	315
7.5. Petição inicial .....	315
7.6. Citação .....	316
7.7. Audiência de conciliação.....	318
7.8. Presença das partes e patronos na audiência de conciliação.....	319
7.9. Resposta do réu .....	320
7.10. Casos de conversão em rito ordinário.....	322
7.11. Intervenção de terceiros .....	323

<b>8. VÍCIOS DOS ATOS PROCESSUAIS .....</b>	<b>325</b>
8.1. Introdução .....	325
8.2. Vício e nulidade.....	326
8.3. Classificação.....	328
8.4. Mera irregularidade .....	329
8.5. Nulidades relativas.....	330
8.6. Nulidade absoluta .....	332
8.7. Inexistência jurídica .....	334
8.8. Efeito expansivo e confinamento das nulidades .....	335

**LIVRO II**

## CONHECIMENTO

<b>9. PETIÇÃO INICIAL .....</b>	<b>339</b>
9.1. Introdução .....	339
9.2. Requisitos estruturais da petição inicial .....	340
9.2.1. Juízo singular ou colegiado a que é dirigida a petição inicial.....	340
9.2.2. Indicação das partes e sua qualificação.....	341
9.2.3. Os fatos e os fundamentos jurídicos do pedido .....	343
9.2.4. Pedido.....	344
9.2.5. Valor da causa .....	344
9.2.6. Provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados.....	346
9.2.7. Requerimento para citação do réu.....	347
9.3. Documentos indispensáveis à propositura da demanda .....	348
<b>10. POSTURAS DO JUIZ DIANTE DA PETIÇÃO INICIAL.....</b>	<b>351</b>
10.1. Introdução.....	351
10.2. Emenda da petição inicial.....	352
10.3. Indeferimento da petição inicial.....	354
10.3.1. Conceito de indeferimento, recorribilidade e juízo de retratação...	354
10.3.2. Hipóteses de indeferimento da petição inicial (art. 295, parágrafo único, do CPC).....	356
10.3.2.1. Inépcia da petição inicial .....	356
10.3.2.2. Manifesta ilegitimidade de parte.....	357
10.3.2.3. Falta de interesse de agir .....	357
10.3.2.4. Prescrição e decadência.....	357
10.3.2.5. Procedimento inadequado.....	358

10.3.2.6. Ausência de indicação do nome do patrono do autor e não realização de emenda .....	359
10.4. Julgamento de improcedência liminar .....	360
10.4.1. Introdução .....	360
10.4.2. Requisitos para o julgamento de improcedência liminar .....	361
10.4.3. Conduta do juiz.....	363
10.4.4. Julgamento parcial de improcedência liminar?.....	364
10.4.5. Julgamento da apelação pelo tribunal.....	365
10.5. Citação.....	367
10.5.1. Conceito.....	367
10.5.2. Efeitos da citação.....	369
10.5.2.1. Efeitos processuais .....	370
10.5.2.1.1. Indução à litispendência.....	370
10.5.2.1.2. Prevenção do juízo.....	371
10.5.2.1.3 Estabilização da demanda.....	372
10.5.2.2. Efeitos materiais .....	374
10.5.2.2.1. Tornar a coisa litigiosa .....	374
10.5.2.2.2. Interrupção da prescrição.....	375
10.5.2.2.3. Constituição em mora do devedor .....	376
10.5.3. Modalidades de citação .....	377
10.5.3.1. Correio.....	377
10.5.3.2. Oficial de justiça.....	378
10.5.3.3. Edital .....	382
10.5.3.4. Meio eletrônico.....	384
<b>11. RESPOSTAS DO RÉU.....</b>	<b>387</b>
11.1. Introdução.....	387
11.2. Reconhecimento jurídico do pedido .....	390
11.3. Impugnação ao valor da causa.....	391
11.4. Impugnação à concessão dos benefícios da assistência judiciária.....	393
11.5. Contestação.....	399
11.5.1. Defesas processuais .....	400
11.5.1.1. Defesas dilatórias .....	401
11.5.1.1.1. Inexistência ou nulidade de citação (art. 301, I, do CPC).....	401
11.5.1.1.2. Incompetência absoluta do juízo (art. 301, II, do CPC).....	401
11.5.1.1.3. Conexão/continência (art. 301, VII, do CPC).....	402
11.5.1.2. Defesas peremptórias.....	403
11.5.1.2.1. Inépcia da petição inicial (art. 301, III, do CPC) ....	403
11.5.1.2.2. Perempção.(art. 301, IV, do CPC).....	404

11.5.1.2.3. Litispendência (art. 301, V, do CPC).....	405
11.5.1.2.4. Coisa julgada (art. 301, VI, do CPC).....	405
11.5.1.2.5. Convenção de arbitragem (art. 301, IX, do CPC)....	406
11.5.1.2.6. Carência da ação (art. 301, X, do CPC).....	408
11.5.1.3. Defesas dilatórias potencialmente peremptórias.....	409
11.5.1.3.1. Incapacidade de parte, defeito de representação ou falta de autorização (art. 301, VIII, do CPC)...	409
11.5.1.3.2. Falta de caução ou de outra prestação, que a lei exige como preliminar (art. 301, XI, do CPC)....	410
11.5.2. Defesas de mérito .....	411
11.5.2.1. Defesa de mérito direta .....	411
11.5.2.2. Defesa de mérito indireta .....	411
11.5.3. Princípio da impugnação específica dos fatos.....	412
11.5.4. Princípio da eventualidade.....	413
11.6. Exceções rituais.....	414
11.6.1. Teoria geral das exceções.....	415
11.6.1.1. Legitimidade para alegação.....	415
11.6.1.2. Momento de alegação.....	415
11.6.1.3. Órgão competente para decidir a exceção .....	416
11.6.1.4. Prazo para a interposição da exceção .....	416
11.6.1.5. Termo inicial da contagem de prazo.....	417
11.6.1.6. Momento de suspensão do procedimento principal.....	417
11.6.1.6.1. Suspensão imprópria.....	418
11.6.1.6.2. Momento final da suspensão .....	418
11.6.2. Exceção de incompetência relativa.....	419
11.6.2.1. Prazo de interposição .....	419
11.6.2.2. Forma de alegação.....	419
11.6.2.3. Interposição no foro de domicílio do réu .....	421
11.6.2.4. Conteúdo da exceção de incompetência.....	422
11.6.2.5. Procedimento da exceção.....	423
11.6.3. Exceção de suspeição e impedimento .....	424
11.6.3.1. Procedimento .....	424
11.7. Reconvenção.....	427
11.7.1. Conceito.....	427
11.7.2. Condições da ação.....	429
11.7.2.1. Legitimidade de parte .....	429
11.7.2.2. Interesse de agir.....	432
11.7.2.3. Possibilidade jurídica do pedido.....	434
11.7.3. Pressupostos processuais .....	435
11.7.4. Procedimento .....	436
11.8. Ação declaratória incidental.....	438
11.8.1. Ação declaratória incidental e reconvenção .....	439

<b>12. REVELIA</b> .....	441
12.1. Conceito.....	441
12.2. Efeitos.....	442
12.2.1. Fatos alegados pelo autor serão reputados verdadeiros.....	443
12.2.2. Desnecessidade de intimação do réu revel.....	446
12.2.3. Julgamento antecipado do mérito .....	448
12.3. Modificação objetiva da demanda.....	448
12.4. Ingresso do réu revel no processo.....	451
12.4.1. Participação do réu revel no procedimento probatório.....	452
12.4.1.1. Provas causais.....	452
12.4.1.2. Provas pré-constituídas.....	453
<b>13. PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES E JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO</b> .....	455
13.1. Providências preliminares.....	455
13.2. Julgamento conforme o estado do processo.....	457
13.2.1. Introdução.....	457
13.2.2. Extinção do processo sem a resolução do mérito.....	457
13.2.3. Extinção do processo com a resolução do mérito, fundada no art. 269, II a V, do CPC.....	458
13.2.4. Julgamento antecipado da lide.....	459
13.2.5. Saneamento do processo.....	463
<b>14. PROVAS</b> .....	467
14.1. Teoria geral das provas.....	467
14.1.1. Conceito de prova.....	467
14.1.2. Espécies de prova .....	468
14.1.3. A verdade possível e a verossimilhança.....	469
14.1.4. A caducidade das expressões “verdade formal” e “verdade real” ....	470
14.1.5. Direito à prova no processo civil.....	472
14.1.6. Objeto da prova.....	473
14.1.6.1. Exclusão do objeto de prova (art. 334 do CPC).....	473
14.1.6.2. Relevância e pertinência.....	474
14.1.6.3. Fatos notórios.....	474
14.1.6.4. Ausência de controvérsia .....	475
14.1.6.5. Presunção.....	475
14.1.6.6. Prova do direito (art. 337 do CPC).....	477
14.1.7. Ônus da prova .....	478
14.1.7.1. Regras de distribuição do ônus da prova (art. 333 do CPC).....	478

14.1.7.2. Inversão do ônus da prova.....	480
14.1.7.3. Momento de inversão do ônus da prova.....	482
14.1.7.4. Inversão da prova e inversão do adiantamento de custas processuais.....	484
14.1.8. Os poderes instrutórios do juiz .....	485
14.1.9. Preclusões para o juiz na atividade probatória .....	487
14.1.10. Valoração da prova.....	488
14.1.11. Prova emprestada .....	490
14.1.12. Prova ilícita.....	492
14.1.12.1. Proibição constitucional às provas ilícitas.....	493
14.1.13. Provas atípicas.....	495
14.2. Provas em espécie.....	497
14.2.1. Depoimento pessoal .....	497
14.2.1.1. Conceito.....	497
14.2.1.2. Os sujeitos envolvidos no depoimento pessoal.....	498
14.2.1.3. Consequências do depoimento pessoal.....	499
14.2.1.4. Procedimento .....	500
14.2.1.5. Diferenças entre interrogatório e depoimento pessoal.....	502
14.2.2. Da confissão.....	503
14.2.2.1. Conceito.....	503
14.2.2.2. Espécies de confissão.....	505
14.2.2.3. Indivisibilidade da confissão .....	506
14.2.2.4. Invalidação da confissão.....	506
14.2.3. Da exibição de documento ou coisa .....	510
14.2.3.1. Conceito.....	510
14.2.3.2. Aspectos procedimentais comuns.....	511
14.2.3.3. Procedimento contra a parte contrária.....	513
14.2.3.4. Procedimento contra terceiro.....	514
14.2.4. Da prova documental.....	517
14.2.4.1. Conceito.....	517
14.2.4.2. Documento público e sua força probante.....	518
14.2.4.3. Documento particular e sua força probante.....	519
14.2.4.4. Incidente de falsidade documental .....	520
14.2.4.4.1. Natureza jurídica e objeto .....	520
14.2.4.4.2. Procedimento .....	521
14.2.4.5. Produção da prova documental.....	523
14.2.5. Da prova testemunhal .....	526
14.2.5.1. Conceito.....	526
14.2.5.2. Cabimento .....	527
14.2.5.3. Sujeitos que podem testemunhar .....	528
14.2.5.4. Direitos e deveres da testemunha.....	529



14.2.5.5. Produção da prova testemunhal.....	531
14.2.6. Da prova pericial.....	537
14.2.6.1. Conceito e espécies.....	537
14.2.6.2. Cabimento.....	538
14.2.6.3. Procedimento.....	539
14.2.6.3.1. Indicação do perito.....	539
14.2.6.3.2. Escusa do perito.....	540
14.2.6.3.3. Prova pericial complexa.....	541
14.2.6.3.4. Substituição do perito.....	542
14.2.6.3.5. Atos preparatórios.....	542
14.2.6.3.6. Intimação prévia das partes.....	544
14.2.6.3.7. Apresentação do laudo.....	544
14.2.6.4. Prova pericial e audiência de instrução e julgamento.....	544
14.2.6.5. Segunda perícia.....	545
14.2.6.6. Princípio da persuasão racional e a prova pericial.....	546
14.2.7. Da inspeção judicial.....	550
14.2.7.1. Conceito.....	550
14.2.7.2. Procedimento.....	550
<b>15. AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO.....</b>	<b>553</b>
15.1. Introdução.....	553
15.2. Procedimento.....	555
15.2.1. Abertura e pregão das partes.....	556
15.2.2. Conciliação (tentativa de autocomposição).....	556
15.2.3. Fixação dos pontos controvertidos.....	558
15.2.4. Esclarecimentos do perito.....	558
15.2.5. Depoimento pessoal.....	559
15.2.6. Oitiva das testemunhas.....	559
15.2.7. Debates orais.....	559
15.2.8. Prolação da sentença.....	560
15.3. Audiência una e contínua.....	561
15.4. Adiamento da audiência.....	562
<b>16. SENTENÇA.....</b>	<b>567</b>
16.1. Conceito legal de sentença.....	567
16.2. Classificação das sentenças.....	571
16.2.1. Conteúdo da sentença.....	571
16.2.1.1. Teoria ternária e teoria quinária.....	571
16.2.1.2. Sentença meramente declaratória.....	572

16.2.1.3. Sentença constitutiva.....	575
16.2.1.4. Sentença condenatória.....	576
16.2.1.5. Sentença executiva <i>lato sensu</i> .....	576
16.2.1.6. Sentença mandamental.....	577
16.2.2. Resolução de mérito.....	578
16.2.2.1. Sentenças terminativas (art. 267 do CPC).....	578
16.2.2.1.1. Indeferimento da petição inicial.....	578
16.2.2.1.2. Processo parado durante mais de um ano por negligência das partes.....	579
16.2.2.1.3. Abandono do processo.....	580
16.2.2.1.4. Ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo....	582
16.2.2.1.5. Perempção, coisa julgada e litispendência.....	582
16.2.2.1.6. Carência da ação.....	584
16.2.2.1.7. Convenção de arbitragem.....	585
16.2.2.1.8. Desistência da ação.....	586
16.2.2.1.9. Direitos intransmissíveis.....	587
16.2.2.1.10. Confusão entre autor e réu.....	588
16.2.2.2. Sentenças definitivas (art. 269 do CPC).....	589
16.2.2.2.1. Acolhimento ou rejeição do pedido.....	590
16.2.2.2.2. Reconhecimento jurídico do pedido.....	591
16.2.2.2.3. Transação.....	591
16.2.2.2.4. Prescrição e decadência.....	592
16.2.2.2.5. Renúncia.....	592
16.3. Requisitos da sentença.....	592
16.3.1. Relatório.....	593
16.3.2. Fundamentação.....	594
16.3.3. Dispositivo.....	594
16.3.4. Comentários gerais a respeito dos elementos da sentença.....	595
16.4. Princípio da congruência.....	596
16.4.1. Conceito.....	596
16.4.2. Exceções ao princípio da congruência.....	597
16.5. Sentença <i>extra petita</i> .....	598
16.5.1. Recorribilidade da sentença <i>extra petita</i> .....	599
16.6. Sentença <i>ultra petita</i> .....	600
16.6.1. Recorribilidade da sentença <i>ultra petita</i> .....	601
16.7. Sentença <i>citra petita</i> ( <i>infra petita</i> ).....	601
16.7.1. Recorribilidade da sentença <i>citra petita</i> .....	603
16.8. Modificação da sentença pelo juízo sentenciante.....	605
16.9. Situação fática do momento da prolação da sentença.....	606
16.10. Capítulos de sentença.....	607

<b>17. COISA JULGADA</b> .....	609
17.1. Coisa julgada formal e coisa julgada material.....	609
17.2. Coisa julgada total e parcial.....	610
17.3. Conceito e natureza jurídica .....	611
17.4. Função negativa da coisa julgada .....	613
17.5. Função positiva da coisa julgada .....	615
17.6. Limites objetivos da coisa julgada .....	616
17.7. Limites subjetivos da coisa julgada .....	619
17.8. Eficácia preclusiva da coisa julgada .....	622
17.9. Coisa julgada nas relações continuativas .....	624
17.10. Relativização da coisa julgada .....	625
17.10.1. Introdução.....	625
17.10.2. Coisa julgada inconstitucional .....	625
17.10.3. Coisa julgada injusta inconstitucional .....	629
17.11. Coisa julgada <i>secundum eventum probationis</i> .....	634
17.12. Coisa julgada <i>secundum eventum litis</i> .....	638

### LIVRO III

#### MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS

<b>18. CONCEITO DE RECURSOS E SUCEDÂNEOS RECURSAIS</b> .....	643
18.1. Introdução.....	643
18.1.1. Sucedâneos recursais internos .....	645
18.1.1.1. Reexame necessário .....	645
18.1.1.2. Correição parcial .....	648
18.1.1.3. Pedido de reconsideração .....	650
18.1.1.4. Impugnação e embargos à execução.....	652
18.1.2. Sucedâneos recursais externos (ações autônomas de impugnação) .....	652
<b>19. CLASSIFICAÇÃO DOS RECURSOS</b> .....	655
19.1. Introdução.....	655
19.2. Objeto imediato do recurso .....	655
19.3. Fundamentação recursal (causa de pedir) .....	656
19.4. Abrangência da matéria impugnada.....	657
19.5. Independência ou subordinação.....	658
<b>20. EFEITOS DOS RECURSOS</b> .....	663
20.1. Introdução.....	663
20.2. Efeito obstativo.....	663

20.3. Efeito devolutivo .....	664
20.4. Efeito suspensivo.....	668
20.5. Efeito translativo.....	672
20.6. Efeito expansivo.....	675
20.7. Efeito substitutivo .....	677
20.8. Efeito regressivo .....	678
20.9. Efeito diferido .....	678
<b>21. PRINCÍPIOS RECURSAIS .....</b>	<b>679</b>
21.1. Duplo grau de jurisdição .....	679
21.1.1. Conceito .....	679
21.1.2. Vantagens do duplo grau de jurisdição .....	681
21.1.3. Desvantagens do duplo grau de jurisdição.....	682
21.1.4. O princípio do duplo grau de jurisdição é princípio constitucional?... ..	683
21.2. Taxatividade (legalidade) .....	684
21.3. Singularidade (unirrecorribilidade ou unicidade).....	685
21.4. Voluntariedade .....	687
21.5. Dialeticidade .....	688
21.6. Fungibilidade .....	689
21.6.1. Dúvida fundada a respeito do recurso cabível .....	691
21.6.2. Inexistência de erro grosseiro.....	693
21.6.3. Inexistência de má-fé – teoria do prazo menor.....	694
21.7. Proibição da <i>reformatio in pejus</i> .....	695
21.8. Irrecorribilidade em separado das decisões interlocutórias .....	697
21.9. Complementaridade .....	698
21.10. Consumação .....	699
<b>22. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE.....</b>	<b>701</b>
22.1. Introdução.....	701
22.2. Pressupostos intrínsecos de admissibilidade recursal .....	703
22.2.1. Cabimento.....	703
22.2.2. Legitimidade recursal .....	705
22.2.2.1. Partes .....	706
22.2.2.2. Terceiro prejudicado.....	708
22.2.2.3. Ministério público .....	709
22.2.3. Interesse recursal.....	710
22.2.3.1. Necessidade .....	710
22.2.3.2. Adequação.....	713

22.2.4. Inexistência de ato impeditivo ou extinto do direito de recorrer...	714
22.2.4.1. Desistência.....	714
22.2.4.2. Renúncia.....	716
22.2.4.3. Aquiescência.....	717
22.3. Pressupostos extrínsecos de admissibilidade recursal .....	718
22.3.1. Tempestividade .....	718
22.3.2. Preparo .....	724
22.3.3. Regularidade formal.....	728
<b>23. JUÍZO DE MÉRITO.....</b>	<b>731</b>
23.1. Introdução.....	731
23.2. Causa de pedir: <i>error in procedendo</i> e <i>error in iudicando</i> .....	732
23.3. Pedido.....	733
<b>24. APELAÇÃO .....</b>	<b>735</b>
24.1. Cabimento.....	735
24.2. Procedimento .....	737
24.2.1. Introdução.....	737
24.2.2. Procedimento no 1.º grau de jurisdição.....	737
24.2.3. Procedimento no tribunal de segundo grau.....	741
24.3. Súmula impeditiva de recursos (art. 518, § 1.º, do CPC).....	742
24.4. Saneamento de vícios durante o julgamento da apelação (art. 515, § 4.º, do CPC).....	743
24.5. Novas questões de fato (art. 517 do CPC) .....	746
24.6. Teoria da causa madura .....	748
<b>25. AGRAVO .....</b>	<b>753</b>
25.1. Introdução.....	753
25.2. Agravos contra decisões interlocutórias de primeiro grau .....	753
25.2.1. Cabimento de agravo retido e de agravo de instrumento .....	753
25.2.1.1. Agravo retido .....	759
25.2.1.1.1. Agravo retido interposto de forma escrita.....	760
25.2.1.1.2. Juízo de retratação e termo inicial de prazo para as contrarrazões .....	760
25.2.1.1.3. Agravo retido oral.....	761
25.2.1.1.4. Tempo de duração do agravo retido.....	762
25.2.1.1.5. A postura do agravado diante da interposição oral do agravo retido.....	762
25.2.1.1.6. A conversão do agravo de instrumento em retido.....	764

25.2.1.1.7. Pedido de julgamento na apelação ou contrarrazões .....	767
25.2.1.1.8. Julgamento do agravo retido no tribunal .....	768
25.2.1.2. Agravo de instrumento .....	769
25.2.1.2.1. Instrução do agravo de instrumento – peças processuais .....	769
25.2.1.2.2. Informação da interposição do agravo perante o primeiro grau .....	776
25.2.1.2.3. Procedimento .....	778
25.3. Agravos contra decisões interlocutórias de segundo grau .....	790
25.3.1. Agravo regimental .....	791
25.3.2. Agravo interno .....	793
25.3.2.1. Julgamento de conflito de competência (art. 120, parágrafo único) .....	793
25.3.2.2. Juízo de admissibilidade dos embargos infringentes. Decisão que nega conhecimento ao recurso (art. 532 do CPC) .....	794
25.3.2.3. Decisão que não admite o agravo contra decisão denegatória de seguimento de recurso especial e recurso extraordinário .....	795
25.3.2.4. Decisão monocrática do relator com base no art. 557 do CPC .....	796
25.3.2.5. Procedimento .....	798
25.3.2.5.1. Juízo de retratação .....	798
25.3.2.5.2. Inclusão em pauta .....	799
25.3.2.5.3. Contraditório .....	800
25.3.2.5.4. Agravo interno manifestamente inadmissível ou infundado .....	800
25.3.3. Agravo contra decisão denegatória de seguimento de recursos especial e extraordinário .....	802
25.3.3.1. Introdução .....	802
25.3.3.2. Cabimento .....	802
25.3.3.3. Procedimento .....	803
<b>26. EMBARGOS INFRINGENTES .....</b>	<b>807</b>
26.1. Cabimento .....	807
26.1.1. Hipóteses atípicas de cabimento .....	809
26.2. Objeto dos embargos infringentes .....	812
26.3. Efeitos dos embargos infringentes .....	813
26.4. Procedimento .....	815
<b>27. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO .....</b>	<b>819</b>
27.1. Natureza jurídica .....	819

27.2. Cabimento.....	820
27.2.1. Pronunciamentos recorríveis.....	821
27.2.2. Vícios que legitimam o ingresso dos embargos de declaração .....	822
27.3. Procedimento .....	825
27.4. Efeito interruptivo dos embargos de declaração .....	827
27.4.1. Embargos de declaração intempestivos .....	827
27.5. Embargos de declaração – intempestividade <i>ante tempus</i> .....	829
27.6. Manifesto caráter protelatório .....	830
27.7. Embargos de declaração atípicos .....	832
27.7.1. Embargos de declaração com efeito modificativo .....	833
27.7.2. Embargos de declaração com efeitos infringentes .....	834
<b>28. RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL .....</b>	<b>835</b>
28.1. Introdução.....	835
28.2. Cabimento.....	837
28.2.1. Causas internacionais .....	837
28.2.2. Recurso ordinário em mandado de segurança.....	838
28.2.3. Recurso ordinário em <i>habeas data</i> e mandado de injunção.....	839
<b>29. RECURSO ESPECIAL.....</b>	<b>841</b>
29.1. Hipóteses de cabimento .....	841
29.1.1. Pressupostos cumulativos .....	841
29.1.1.1. Decisão de única ou última instância.....	841
29.1.1.2. Decisão proferida por tribunal.....	842
29.1.1.3. Prequestionamento .....	845
29.1.2. Pressupostos alternativos .....	847
29.1.2.1. Decisão que contrariar ou negar vigência a tratado ou lei federal.....	847
29.1.2.2. Decisão que julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal.....	848
29.1.2.3. Decisão que der a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal.....	848
<b>30. RECURSO EXTRAORDINÁRIO .....</b>	<b>851</b>
30.1. Hipóteses de cabimento .....	851
30.1.1. Pressupostos cumulativos .....	851
30.1.1.1. Decisão de única ou última instância.....	851
30.1.1.2. Prequestionamento.....	852
30.1.1.3. Repercussão geral .....	853

30.1.2. Requisitos específicos .....	860
30.1.2.1. Decisão que contrariar dispositivo constitucional.....	860
30.1.2.2. Decisão que declarar a inconstitucionalidade de trata- do ou lei federal .....	861
30.1.2.3. Decisão que julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face da Constituição Federal.....	862
30.1.2.4. Decisão que julgar válida lei de governo local contesta- do em face de lei federal.....	862
<b>31. ASPECTOS PROCEDIMENTAIS COMUNS AOS RECURSOS EXTRAORDINÁ- RIO E ESPECIAL .....</b>	<b>865</b>
31.1. Procedimento .....	865
31.2. Confusão entre o juízo de admissibilidade e mérito.....	868
31.3. Efeitos dos recursos federais.....	870
31.3.1. Efeito devolutivo.....	871
31.3.2. Efeito suspensivo .....	873
31.4. Recursos excepcionais retidos .....	874
31.5. Julgamento por amostragem .....	877
<b>32. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.....</b>	<b>887</b>
32.1. Introdução.....	887
32.2. Cabimento.....	887
32.2.1. Acórdão embargado.....	889
32.2.2. Acórdão paradigma .....	890
<b>33. AÇÃO RESCISÓRIA .....</b>	<b>893</b>
33.1. Natureza jurídica .....	893
33.2. Conceito de rescindibilidade.....	894
33.3. Objeto da rescisão.....	894
33.4. Hipóteses de cabimento .....	897
33.4.1. Prevaricação, concussão, corrupção passiva do juiz.....	897
33.4.2. Impedimento do juiz e incompetência absoluta do juízo.....	898
33.4.3. Dolo da parte vencedora e colusão das partes para fraudar a lei..	899
33.4.4. Ofensa à coisa julgada .....	899
33.4.5. Violar literal disposição de lei.....	900
33.4.6. Prova falsa.....	901
33.4.7. Obtenção de documento novo .....	902
33.4.8. Fundamento para invalidar confissão, desistência ou transação em que se baseou a sentença.....	904
33.4.9. Erro de fato .....	906



33.5. Legitimidade .....	906
33.6. Competência .....	909
33.7. Prazo .....	910
33.8. Ação executória e execução do julgado .....	912
33.9. Procedimento .....	913
33.9.1. Petição inicial .....	913
33.9.2. Reações do juiz diante da petição inicial .....	916
33.9.3. Resposta do réu .....	917
33.9.4. Atividade saneadora .....	918
33.9.5. Fase probatória .....	918
33.9.6. Manifestações finais .....	919
33.9.7. Julgamento .....	919

## LIVRO IV

### EXECUÇÃO

<b>34. FORMAS EXECUTIVAS .....</b>	<b>923</b>
34.1. Introdução .....	923
34.2. Processo autônomo de execução e fase procedimental executiva .....	923
34.3. Execução por sub-rogação (direta) e por coerção (indireta) .....	927
<b>35. PRINCÍPIOS DO PROCESSO DE EXECUÇÃO .....</b>	<b>931</b>
35.1. Introdução .....	931
35.2. <i>Nulla executio sine titulo</i> .....	931
35.3. Patrimonialidade .....	933
35.4. Desfecho único e disponibilidade da execução .....	933
35.5. Utilidade .....	936
35.6. Menor onerosidade .....	937
35.7. Lealdade e boa-fé processual .....	937
35.8. Contraditório .....	941
35.9. Atipicidade dos meios executivos .....	942
<b>36. PARTES NA EXECUÇÃO .....</b>	<b>945</b>
36.1. Introdução .....	945
36.2. Diferentes espécies de legitimidade na execução .....	946
36.2.1. Polo ativo .....	946
36.2.2. Polo passivo .....	947

36.3. Legitimação ativa.....	947
36.3.1. Credor a quem a lei confere título executivo .....	947
36.3.2. Legitimidade do Ministério Público.....	948
36.3.3. Legitimidade do espólio, herdeiros e sucessores.....	950
36.3.4. Legitimidade do cessionário e do sub-rogado .....	951
36.4. Legitimidade passiva .....	951
36.4.1. Sujeito que figura no título como devedor .....	951
36.4.2. Legitimidade passiva do espólio, herdeiros e sucessores .....	952
36.4.3. Novo devedor.....	952
36.4.4. Fiador judicial.....	953
36.4.5. Responsável tributário.....	955
36.4.6. Legitimidade do responsável secundário.....	956
36.5. Intervenção de terceiros na execução .....	959
36.5.1. Intervenções típicas.....	959
36.5.2. Intervenções atípicas.....	962
<b>37. COMPETÊNCIA DA EXECUÇÃO.....</b>	<b>963</b>
37.1. Competência da execução de título executivo judicial.....	963
37.1.1. Introdução .....	963
37.1.2. Competência executiva dos tribunais.....	963
37.1.3. Competência do juízo que processou a causa no primeiro grau de jurisdição.....	965
37.1.3.1. Exceções à regra do art. 475-P, II, do CPC.....	965
37.1.3.2. Trâmite dos autos entre diferentes juízos.....	967
37.1.3.3. A regra do art. 475-P, II, do CPC e a <i>perpetuatio jurisdictionis</i> .....	968
37.1.4. Competência para a fase de satisfação de sentença arbitral, decisão homologatória de sentença estrangeira e sentença penal condenatória.....	969
37.2. Competência da execução de título extrajudicial.....	971
37.3. Competência no processo de insolvência civil .....	973
<b>38. RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL .....</b>	<b>975</b>
38.1. Obrigação e responsabilidade patrimonial.....	975
38.2. Inexistência de responsabilidade pessoal.....	976
38.3. Bens que respondem pela satisfação na execução.....	977
38.4. Impenhorabilidade de bens .....	978
38.4.1. Patrimônio mínimo e dignidade humana.....	978
38.4.2. As hipóteses específicas de impenhorabilidade no direito brasileiro.....	979
38.4.2.1. Bens inalienáveis e os declarados, por ato voluntário, não sujeitos à execução.....	980

38.4.2.2. Móveis, pertences e utilidades domésticas (art. 649, II, do CPC).....	981
38.4.2.3. Vestuários e pertencentes de uso pessoal .....	982
38.4.2.4. Ganhos aptos a manter a subsistência do executado .....	983
38.4.2.5. Bens necessários ou úteis ao exercício profissional.....	985
38.4.2.6. Seguro de vida .....	987
38.4.2.7. Materiais necessários para obras em andamento.....	988
38.4.2.8. Pequena propriedade rural trabalhada pela família .....	988
38.4.2.9. Recursos públicos ligados à aplicação compulsória em educação, saúde e assistência social.....	989
38.4.2.10. Valores depositados em caderneta de poupança .....	989
38.4.2.11. Recursos públicos do fundo partidário recebidos, nos termos da lei, por partido político .....	990
<b>38.5. Responsabilidade patrimonial secundária.....</b>	<b>991</b>
38.5.1. Bens do sucessor a título singular .....	992
38.5.2. Bens do sócio, nos termos da lei.....	993
38.5.3. Bens do devedor, quando estiverem em poder de terceiros .....	996
38.5.4. Bens do cônjuge, nos casos em que os seus bens próprios, reservados ou de sua meação respondem pela dívida.....	996
38.5.5. Bens alienados ou gravados com ônus real em fraude de execução .....	999
<b>38.6. Fraudes do devedor.....</b>	<b>999</b>
38.6.1. Fraude contra credores .....	999
38.6.2. Fraude à execução .....	1002
38.6.3. Fraude de bem constrito judicialmente.....	1005
<b>39. TÍTULO EXECUTIVO .....</b>	<b>1009</b>
39.1. Introdução.....	1009
39.2. Títulos executivos judiciais.....	1013
39.2.1. Sentença proferida no processo civil que reconheça a existência de uma obrigação de fazer, não fazer, entregar coisa ou pagar quantia .....	1013
39.2.2. Sentença penal condenatória transitada em julgado.....	1017
39.2.3. Sentença homologatória de transação e de conciliação.....	1020
39.2.4. Sentença arbitral .....	1021
39.2.5. Acordo extrajudicial de qualquer natureza homologado judicialmente .....	1022
39.2.6. Sentença estrangeira homologada pelo Superior Tribunal de Justiça .....	1022
39.2.7. Formal e certidão de partilha.....	1024
<b>39.3. Títulos executivos extrajudiciais.....</b>	<b>1024</b>
39.3.1. Letra de câmbio, nota promissória, duplicata, debênture e cheque.....	1025

39.3.2. Escritura pública ou outro documento público assinado pelo devedor; documento particular assinado pelo devedor e por duas testemunhas; instrumento de transação referendado pelo ministério Público, pela defensoria pública ou pelos advogados dos transatores.....	1026
39.3.3. Contratos garantidos por hipoteca, penhor, anticrese e de caução, bem como de seguro de vida .....	1028
39.3.4. Crédito decorrente de foro e laudêmio .....	1029
39.3.5. Crédito, documentalmente comprovado, decorrente de aluguel de imóvel, bem como de encargos acessórios, tais como taxas e despesas de condomínio.....	1029
39.3.6. Crédito de serventuário da justiça, de perito, de intérprete e tradutor quando as custas, emolumentos ou honorários forem aprovados por decisão judicial .....	1030
39.3.7. Certidão de dívida ativa da Fazenda Pública da União, Estado, Distrito Federal, território e Município, correspondente aos créditos inscritos na forma da lei.....	1031
39.3.8. Todos os demais títulos, a que, por disposição expressa, a lei atribuir força executiva.....	1033
<b>40. EXECUÇÃO PROVISÓRIA.....</b>	<b>1035</b>
40.1. Conceito.....	1035
40.2. Execução provisória de título executivo extrajudicial .....	1036
40.3. Caução na execução provisória .....	1038
40.4. Dispensa da caução .....	1041
40.5. Responsabilidade objetiva do exequente .....	1043
40.6. Formalização dos autos da execução provisória .....	1044
40.7. Execução provisória contra a Fazenda Pública.....	1045
<b>41. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA.....</b>	<b>1049</b>
41.1. Conceito de liquidez e obrigações liquidáveis .....	1049
41.2. Títulos que podem ser objeto de liquidação.....	1051
41.3. Vedação à sentença ilíquida.....	1051
41.4. Liquidação na pendência de recurso recebido no efeito suspensivo .....	1053
41.5. Decisão que julga a liquidação: decisão interlocutória ou sentença?.....	1054
41.6. Natureza da decisão pela qual a liquidação é julgada.....	1056
41.7. Liquidação como forma de frustração da execução.....	1057
41.8. Natureza jurídica da liquidação .....	1060
41.9. Legitimidade ativa .....	1061
41.10. Competência.....	1062
41.11. Regra da fidelidade ao título executivo (art. 475-G do CPC) .....	1063

41.12. Liquidação por mero cálculo aritmético do credor .....	1064
41.12.1. Introdução .....	1064
41.12.2. Dados necessários à elaboração dos cálculos em poder do executado ou de terceiros .....	1065
41.12.3. Consequência da ausência de exibição de dados .....	1066
41.12.4. Remessa dos autos ao contador .....	1067
41.12.5. Procedimento da remessa dos autos ao contador .....	1068
41.13. Liquidação por arbitramento .....	1069
41.13.1. Cabimento .....	1069
41.13.2. Procedimento .....	1070
41.14. Liquidação por artigos .....	1072
<b>42. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA DA OBRIGAÇÃO DE FAZER E NÃO FAZER ...</b>	<b>1077</b>
42.1. Introdução .....	1077
42.2. Aspectos procedimentais .....	1078
42.3. Tutela específica e conversão em perdas e danos .....	1079
42.3.1. Vontade do exequente .....	1079
42.3.2. Impossibilidade de obtenção da tutela específica ou resultado prático equivalente .....	1081
42.3.3. Procedimento da conversão em perdas e danos .....	1081
42.4. Atipicidade das formas executivas .....	1082
42.4.1. Prisão civil .....	1083
42.5. Multa coercitiva .....	1084
42.5.1. Introdução .....	1084
42.5.2. Valor da multa .....	1085
42.5.3. Beneficiado pela multa .....	1086
42.5.4. Fazenda Pública em juízo .....	1087
42.5.5. Alteração do valor e periodicidade da multa .....	1088
42.5.6. Exigibilidade da multa .....	1090
42.5.7. Termo inicial da multa e intimação do devedor .....	1092
<b>43. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA DE OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR COISA ...</b>	<b>1097</b>
43.1. Introdução .....	1097
43.2. Aspectos procedimentais .....	1098
<b>44. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA – OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA .....</b>	<b>1101</b>
44.1. Introdução .....	1101
44.2. Termo inicial de contagem da multa de 10% (art. 475-J, <i>caput</i> , do CPC) .....	1101

44.3. A multa e o “pagamento” .....	1104
44.4. Necessidade de provocação do credor na instauração da fase de cumprimento de sentença .....	1105
44.5. Forma de provocação – requerimento .....	1106
44.6. Expedição do mandado de penhora e avaliação, observado o disposto no art. 614, II, do CPC .....	1107
44.7. Intimação do demandado e prazo para apresentação da impugnação ....	1108
44.8. Avaliação pelo próprio oficial de justiça e somente em casos excepcionais por avaliador .....	1109
44.9. Remessa dos autos ao arquivo .....	1110
44.10. Honorários advocatícios.....	1111
<b>45. EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER E NÃO FAZER.....</b>	<b>1117</b>
45.1. Introdução.....	1117
45.2. Execução das obrigações de fazer.....	1118
45.3. Execução das obrigações de não fazer .....	1122
45.4. Obrigações de emitir declaração de vontade.....	1124
<b>46. PROCESSO DE EXECUÇÃO DE ENTREGA DE COISA.....</b>	<b>1131</b>
46.1. Execução de entrega de coisa certa.....	1131
46.2. Execução de entrega de coisa incerta .....	1134
<b>47. EXECUÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA .....</b>	<b>1137</b>
47.1. Início do processo de execução .....	1137
47.1.1. Petição inicial .....	1137
47.1.2. Averbação da execução.....	1141
47.1.3. Arresto executivo .....	1142
47.1.4. Citação e pagamento .....	1144
47.1.5. Atuação do oficial de justiça.....	1146
47.1.6. Não localização do devedor para a intimação da penhora.....	1147
47.2. Pagamento parcelado .....	1148
47.2.1. Introdução.....	1148
47.2.2. Pagamento parcelado: moratória legal?.....	1149
47.2.3. Requisitos formais .....	1150
47.2.4. Procedimento .....	1152
47.2.5. Inadimplemento das parcelas .....	1153
47.3. Penhora .....	1155
47.3.1. Definição e efeitos.....	1155
47.3.2. Ordem legal da penhora.....	1157

47.3.3. Penhora de dinheiro ( <i>on-line</i> ) .....	1160
47.3.4. Penhora de percentual do faturamento de empresa devedora.....	1166
47.3.5. Procedimento da penhora .....	1169
47.3.6. Substituição do bem penhorado.....	1174
47.3.7. Penhoras especiais.....	1178
47.4. Avaliação.....	1182
47.5. Formas de expropriação .....	1184
47.5.1. Introdução .....	1184
47.5.2. Adjudicação .....	1185
47.5.2.1. Introdução .....	1185
47.5.2.2. Novo sistema de adjudicação .....	1186
47.5.2.3. Momento da adjudicação.....	1187
47.5.2.4. Valor da adjudicação.....	1188
47.5.2.5. Legitimados a adjudicar .....	1189
47.5.2.6. Concurso de pretendentes à adjudicação.....	1190
47.5.2.7. Forma de escolha do sujeito quando houver pluralidade de pretendentes a adjudicar .....	1191
47.5.2.8. Auto de adjudicação.....	1193
47.5.2.9. Adjudicação provisória.....	1193
47.6. Alienação por iniciativa particular .....	1195
47.6.1. Introdução .....	1195
47.6.2. Alienação pelo exequente e a necessidade de seu pedido.....	1196
47.6.3. Alienação por corretor credenciado perante a autoridade judi- ciária .....	1196
47.6.4. Requisitos para a alienação .....	1197
47.7. Arrematação .....	1200
47.7.1. Introdução.....	1200
47.7.2. Requisitos formais do edital da hasta pública.....	1200
47.7.3. Publicidade do edital.....	1203
47.7.4. Dispensa da publicação de editais .....	1204
47.7.5. Comunicações da hasta pública .....	1205
47.7.6. Realização da hasta pública .....	1207
47.7.7. Hasta pública eletrônica.....	1208
47.7.8. Legitimados a arrematar .....	1208
47.7.9. Procedimento da hasta pública .....	1209
47.7.10. Arrematação ineficaz.....	1213
47.7.11. Alienação antecipada.....	1215
47.8. Usufruto executivo .....	1220
47.8.1. Introdução.....	1220
47.8.2. Objeto do usufruto executivo.....	1221

47.8.3. Cabimento do usufruto executivo .....	1222
47.8.4. Momento do usufruto executivo.....	1223
47.8.5. Procedimento do usufruto executivo .....	1224
47.9. Entrega de dinheiro ao credor.....	1227
<b>48. EXECUÇÕES ESPECIAIS.....</b>	<b>1233</b>
48.1. Execução de prestação alimentícia .....	1233
48.1.1. Introdução.....	1233
48.1.2. Procedimento.....	1235
48.1.2.1. Diferentes procedimentos .....	1235
48.1.2.2. Execução por sub-rogação .....	1235
48.1.2.3. Execução indireta – prisão civil.....	1237
48.2. Execução contra a Fazenda Pública.....	1243
48.2.1. Introdução.....	1243
48.2.2. Procedimento.....	1245
48.2.3. Regime dos precatórios.....	1247
48.2.4. Compensação em favor da Fazenda Pública.....	1249
48.2.5. Emenda Constitucional 62/2009 (a EC do Calote).....	1250
48.2.6. Dispensa de precatório.....	1251
48.2.7. Preterição no pagamento .....	1252
<b>49. DEFESAS DO EXECUTADO .....</b>	<b>1255</b>
49.1. Introdução.....	1255
49.2. Embargos à execução .....	1255
49.2.1. Natureza jurídica dos embargos.....	1255
49.2.2. Garantia do juízo.....	1256
49.2.3. Prazo dos embargos .....	1257
49.2.4. Rejeição liminar dos embargos.....	1260
49.2.4.1. Intempestividade dos embargos .....	1261
49.2.4.2. Inépcia da petição inicial .....	1262
49.2.4.3. Embargos manifestamente protelatórios.....	1263
49.2.5. Efeito suspensivo.....	1265
49.2.5.1. Requisitos .....	1265
49.2.5.2. Ausência de preclusão judicial .....	1268
49.2.5.3. Limitação objetiva e subjetiva do efeito suspensivo.....	1269
49.2.5.4. Suspensão parcial do processo .....	1270
49.2.6. Procedimento dos embargos à execução.....	1272
49.2.6.1. Início do procedimento .....	1272
49.2.6.2. Revelia.....	1274
49.2.6.3. Outras reações.....	1276



49.2.6.4. Decisão dos embargos.....	1277
49.2.6.5. Matérias que podem ser objeto de embargos à execução ...	1279
49.2.6.5.1. Nulidade da execução, por não ser executivo o título apresentado .....	1279
49.2.6.5.2. Penhora incorreta ou avaliação errônea.....	1280
49.2.6.5.3. Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções .....	1282
49.2.6.5.4. Retenção por benfeitorias necessárias ou úteis, nos casos de entrega de coisa certa .....	1284
49.3. Impugnação .....	1286
49.3.1. Natureza jurídica .....	1286
49.3.2. Matérias alegáveis em sede de impugnação .....	1287
49.3.2.1. Falta ou nulidade da citação, se o processo correr à re- velia.....	1288
49.3.2.2. Inexigibilidade do título .....	1289
49.3.2.3. Penhora incorreta ou avaliação errônea.....	1289
49.3.2.4. Ilegitimidade das partes.....	1290
49.3.2.5. Excesso de execução .....	1290
49.3.2.6. Causa impeditiva, modificativa ou extintiva da obrigação, desde que superveniente à sentença .....	1290
49.3.3. Procedimento.....	1291
49.4. Exceção e objeção de pré-executividade .....	1298
49.4.1. Análise histórica.....	1298
49.4.2. Problemas de terminologia.....	1298
49.4.3. Distinção entre exceção de pré-executividade e objeção de pré- -executividade .....	1300
49.4.4. Julgamento da exceção e objeção de pré-executividade .....	1301
49.4.5. Sobrevivência da exceção e da objeção de pré-executividade .....	1303

**LIVRO V**

## TUTELA DE URGÊNCIA

<b>50. TUTELA ANTECIPADA E TUTELA CAUTELAR.....</b>	<b>1309</b>
50.1. Introdução.....	1309
50.2. Comparação entre tutela cautelar e tutela antecipada.....	1311
50.2.1. Diferenças.....	1312
50.2.1.1. Natureza jurídica.....	1312
50.2.1.1.1. "Cautelares satisfativas".....	1313
50.2.1.2. Requisitos para concessão.....	1314
50.2.1.3. Atividade oficiosa do juiz.....	1315
50.2.1.4. Autonomia.....	1316

50.2.2. Identidades.....	1319
50.2.2.1. Provisoriamente.....	1319
50.2.2.2. Cognição sumária – juízo de probabilidade.....	1320
50.2.2.3. Inexistência de satisfação jurídica.....	1321
50.2.2.4. Requisitos para concessão.....	1321
50.3. Conclusões da comparação.....	1322
50.3.1. Aplicação subsidiária da teoria geral cautelar à antecipação de tutela.....	1322
50.3.1.1. Caução.....	1323
50.3.1.2. Audiência de justificação.....	1323
50.3.1.3. Responsabilidade objetiva.....	1324
50.3.1.4. Competência.....	1325
50.3.1.5. Efeitos da apelação.....	1326
50.3.2. Fungibilidade entre as espécies de tutela de urgência.....	1327
<b>51. TUTELA ANTECIPADA.....</b>	<b>1329</b>
51.1. Introdução.....	1329
51.2. Espécies de tutela antecipada.....	1329
51.3. Antecipação de tutela de parcela incontroversa da pretensão (art. 273, § 6.º, do CPC).....	1331
51.4. Efeitos antecipáveis.....	1335
51.5. Processos e procedimentos compatíveis.....	1338
51.6. Requisitos positivos.....	1340
51.6.1. Prova inequívoca da verossimilhança da alegação.....	1340
51.6.2. Receio de dano irreparável ou de difícil reparação.....	1342
51.6.3. Abuso do direito de defesa ou manifesto propósito protelatório do réu.....	1343
51.6.3.1. Abuso do direito de defesa.....	1344
51.6.3.2. Manifesto propósito protelatório do réu.....	1345
51.7. Requisito negativo – irreversibilidade.....	1346
51.8. Legitimação.....	1348
51.9. Discricionariedade e fundamentação da decisão.....	1350
51.10. Momento da antecipação.....	1351
51.10.1. <i>Inaudita altera parte</i> .....	1351
51.10.2. Sentença.....	1353
51.10.3. Fase recursal.....	1357
51.11. Eficácia temporal da tutela antecipada.....	1359
51.12. Revogação ou modificação.....	1361
51.13. Efetivação.....	1363
51.14. Tutela antecipada contra a Fazenda Pública.....	1365

<b>52. TEORIA GERAL DA TUTELA CAUTELAR.....</b>	<b>1369</b>
52.1. Características.....	1369
52.1.1. Sumariedade.....	1369
52.1.2. Provisoriidade.....	1370
52.1.3. Instrumentalidade.....	1371
52.1.4. Revogabilidade.....	1372
52.2. Competência.....	1375
52.2.1. Críticas ao art. 800, <i>caput</i> , do CPC.....	1375
52.2.2. Ações cautelares probatórias.....	1377
52.2.3. Competência e prevenção do juízo.....	1378
52.2.3.1. Juízo competente e prevenção.....	1378
52.2.3.2. Juízo incompetente e prevenção.....	1378
52.2.3.3. Prevenção do juízo e cautelares probatórias.....	1379
52.2.4. Competência cautelar em grau recursal.....	1380
52.3. Mérito cautelar.....	1381
52.4. Procedimento.....	1383
52.4.1. Petição inicial.....	1383
52.4.2. Contraditório na demanda cautelar.....	1384
52.4.3. Revelia.....	1385
52.4.4. Instrução probatória.....	1385
52.4.5. Sentença.....	1386
52.5. Liminar.....	1387
52.6. Coisa julgada material.....	1389
52.7. Poder geral de cautela.....	1391
52.8. Prazo de eficácia da medida cautelar.....	1394
52.9. Cessaçãõ da eficácia da tutela cautelar.....	1395
52.9.1. Não propositura da ação principal em 30 dias (art. 808, I, do CPC).....	1396
52.9.2. Ausência de execução da tutela cautelar no prazo de 30 dias (art. 808, II).....	1396
52.9.3. Extinção do processo principal com ou sem resolução do mérito ...	1397
52.10. Responsabilidade objetiva.....	1398
52.10.1. Introdução.....	1398
52.10.2. Hipóteses legais de responsabilidade objetiva.....	1398
52.10.2.1. Sentença no processo principal for desfavorável (art. 811, I, do CPC).....	1398
52.10.2.2. Obtenção da cautelar liminarmente e não promoção de citação do requerido em cinco dias (art. 811, II, do CPC).....	1399
52.10.2.3. Cessaçãõ da eficácia nos casos do art. 808 do CPC (art. 811, III, do CPC).....	1399

52.10.2.4. Sentença de prescrição e decadência (art. 811, IV, do CPC) .....	1400
52.10.3. Liquidação e execução .....	1400
<b>53. ARRESTO</b> .....	1403
53.1. Conceito .....	1403
53.2. Pressupostos para a concessão do arresto .....	1404
53.3. Aspectos procedimentais .....	1406
<b>54. SEQUESTRO</b> .....	1409
54.1. Conceito .....	1409
54.2. Distinção entre arresto e sequestro .....	1410
54.3. Pressupostos para a concessão do sequestro .....	1412
<b>55. CAUÇÃO</b> .....	1415
55.1. Conceito .....	1415
55.2. Classificação .....	1416
55.3. <i>Cautio pro expensis</i> (caução para pagamento de custas e honorários advocatícios) .....	1418
55.4. Aspectos procedimentais .....	1419
<b>56. BUSCA E APREENSÃO</b> .....	1421
56.1. Conceito .....	1421
56.2. Espécies .....	1422
56.3. Procedimento .....	1423
<b>57. EXIBIÇÃO DE COISA OU DOCUMENTO</b> .....	1425
57.1. Conceito de exibição .....	1425
57.2. As diferentes espécies de exibição de coisa ou de documento .....	1426
57.2.1. Exibição como meio de prova durante a fase instrutória .....	1426
57.2.2. Exibição preparatória para conhecimento de dados a instruir a ação principal .....	1427
57.2.3. Exibição fundada em direito material sobre a coisa ou sobre o documento .....	1428
57.2.4. Exibição cautelar de coisa ou de documento .....	1428
57.3. Procedimento da ação autônoma exhibitória .....	1429
57.3.1. Legitimidade .....	1429
57.3.2. Petição inicial e liminar .....	1430
57.3.3. Respostas do demandado .....	1431

57.3.4. Ausência de exibição.....	1432
57.3.5. Sentença .....	1433
<b>58. PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS.....</b>	<b>1435</b>
58.1. Introdução.....	1435
58.2. Legitimidade .....	1436
58.2.1. Legitimidade ativa .....	1436
58.2.2. Legitimidade passiva .....	1437
58.3. Competência.....	1438
58.3.1. Inaplicabilidade da regra estabelecida pelo art. 800 do CPC.....	1438
58.3.2. Prevenção do juízo da produção antecipada de provas.....	1439
58.4. Aspectos procedimentais.....	1440
58.4.1. Petição inicial.....	1440
58.4.2. Mérito da produção antecipada de provas.....	1441
58.4.3. Liminar.....	1443
58.4.4. Respostas do requerido.....	1443
58.4.5. Preparação e realização da prova .....	1445
58.4.6. Sentença .....	1447
<b>59. ALIMENTOS PROVISIONAIS.....</b>	<b>1455</b>
59.1. Conceito e natureza jurídica .....	1455
59.2. Alimentos provisionais e alimentos provisórios.....	1456
59.3. Procedimento .....	1458
<b>60. ARROLAMENTO DE BENS.....</b>	<b>1461</b>
60.1. Visão geral.....	1461
<b>61. JUSTIFICAÇÃO .....</b>	<b>1463</b>
61.1. Introdução.....	1463
61.2. Natureza jurídica não cautelar .....	1464
61.3. Jurisdição voluntária.....	1465
61.4. Espécie de prova produzida.....	1466
61.5. Interesse na produção da prova testemunhal.....	1467
61.6. Competência .....	1468
61.7. Procedimento .....	1469
61.7.1. Petição inicial.....	1469
61.7.2. Citação dos interessados.....	1470
61.7.3. Participação do Ministério Público .....	1471

61.7.4. Não admissão de defesa .....	1471
61.7.5. Irrecorribilidade .....	1472
61.7.6. Sentença .....	1473
<b>62. PROTESTOS, NOTIFICAÇÕES E INTERPELAÇÕES .....</b>	<b>1475</b>
62.1. Conceito .....	1475
62.2. Natureza jurídica .....	1476
62.3. Procedimento .....	1477
<b>63. HOMOLOGAÇÃO DE PENHOR LEGAL.....</b>	<b>1483</b>
63.1. Introdução.....	1483
63.2. Natureza jurídica .....	1484
63.3. Penhor legal e autotutela .....	1485
63.4. Procedimento .....	1486
<b>64. POSSE EM NOME DE NASCITURO.....</b>	<b>1491</b>
64.1. Introdução .....	1491
64.2. Natureza jurídica .....	1491
64.3. Legitimidade .....	1493
64.4. Procedimento .....	1493
<b>65. ATENTADO .....</b>	<b>1495</b>
65.1. Conceito e cabimento.....	1495
65.2. Natureza jurídica .....	1497
65.3. Procedimento .....	1498
<b>66. PROTESTO E APREENSÃO DE TÍTULOS .....</b>	<b>1501</b>
66.1. Introdução.....	1501
66.2. Protesto de título .....	1502
66.3. Apreensão de títulos .....	1503

## LIVRO VI

### PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA

<b>67. CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO .....</b>	<b>1507</b>
67.1. Introdução.....	1507
67.2. Consignação extrajudicial.....	1507
67.3. Competência .....	1509

67.4. Legitimidade .....	1510
67.5. Objeto da demanda consignatória.....	1511
67.6. Procedimento .....	1512
67.7. Complementação do depósito.....	1515
67.8. Consignação de prestações periódicas.....	1516
67.9. Ação de consignação fundada na dúvida referente à titularidade do crédito .....	1518
67.10. Consignatória de aluguéis e outros encargos locatícios .....	1519
<b>68. AÇÃO DE DEPÓSITO.....</b>	<b>1523</b>
68.1. Introdução.....	1523
68.2. Legitimidade e competência.....	1524
68.3. Procedimento .....	1525
68.4. Depositário judicial.....	1527
68.5. Prisão civil .....	1528
<b>69. AÇÃO DE ANULAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE TÍTULOS AO PORTADOR .....</b>	<b>1529</b>
69.1. Introdução.....	1529
69.2. Ação de reivindicação .....	1530
69.3. Ação de substituição de título ao portador .....	1530
69.4. Ação de anulação e substituição de título ao portador .....	1531
<b>70. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS.....</b>	<b>1535</b>
70.1. Introdução.....	1535
70.2. Legitimidade .....	1536
70.3. Natureza dúplice .....	1537
70.4. Competência.....	1538
70.5. Ação de exigir contas.....	1539
70.6. Ação de dar contas .....	1542
<b>71. AÇÕES POSSESSÓRIAS .....</b>	<b>1543</b>
71.1. Proteção possessória .....	1543
71.2. Fungibilidade .....	1544
71.3. Ação dúplice? .....	1545
71.4. Competência .....	1546
71.5. Legitimação .....	1547
71.6. Exceção de domínio .....	1549

71.7. Cumulação de pedidos.....	1550
71.8. Procedimento .....	1552
71.8.1. Reintegração e manutenção de posse .....	1552
71.8.2. Interdito proibitório .....	1557
<b>72. AÇÃO DE NUNCIAÇÃO DE OBRA NOVA .....</b>	<b>1559</b>
72.1. Introdução.....	1559
72.2. Cabimento.....	1560
72.3. Legitimidade .....	1561
72.4. Procedimento .....	1562
72.5. Embargo extrajudicial .....	1564
<b>73. AÇÃO DE USUCAPIÃO.....</b>	<b>1565</b>
73.1. Definição de usucapião.....	1565
73.2. Requisitos gerais e específicos da usucapião .....	1566
73.3. Legitimação .....	1567
73.4. Competência .....	1569
73.5. Petição inicial.....	1569
73.6. Citações e intimações .....	1570
73.7. Sentença e transcrição no registro de imóveis.....	1571
73.8. Usucapião como matéria de defesa.....	1571
<b>74. DIVISÃO E DEMARCAÇÃO DE TERRAS .....</b>	<b>1573</b>
74.1. Introdução.....	1573
74.2. Procedimento da ação de demarcação .....	1575
74.3. Procedimento da ação de divisão .....	1576
<b>75. AÇÃO DE INVENTÁRIO E PARTILHA.....</b>	<b>1579</b>
75.1. Introdução.....	1579
75.2. Inventário negativo .....	1580
75.3. Competência e universalidade do foro sucessório.....	1581
75.4. Questões de alta indagação.....	1581
75.5. Administrador provisório .....	1582
75.6. Inventariante .....	1583
75.7. Arrolamento sumário.....	1585
75.8. Arrolamento comum .....	1586
75.9. Procedimento do inventário.....	1587



75.10. Colação .....	1589
75.11. Sonegação .....	1590
75.12. Pagamento das dívidas .....	1591
75.13. Herdeiro preterido .....	1592
75.14. Partilha .....	1593
<b>76. EMBARGOS DE TERCEIRO .....</b>	<b>1597</b>
76.1. Conceito .....	1597
76.2. Hipóteses especiais de embargos de terceiro .....	1599
76.3. Legitimação .....	1600
76.4. Competência .....	1603
76.5. Prazo para ingresso dos embargos de terceiro .....	1604
76.6. Procedimento .....	1606
<b>77. AÇÃO DE HABILITAÇÃO .....</b>	<b>1609</b>
77.1. Introdução .....	1609
77.2. Procedimento .....	1610
<b>78. AÇÃO DE RESTAURAÇÃO DE AUTOS .....</b>	<b>1613</b>
78.1. Introdução .....	1613
78.2. Legitimidade .....	1614
78.3. Competência .....	1615
78.4. Procedimento .....	1615
<b>79. VENDAS A CRÉDITO COM RESERVA DE DOMÍNIO .....</b>	<b>1619</b>
79.1. Introdução .....	1619
79.2. Procedimento da execução do preço .....	1620
79.3. Procedimento para recuperação da coisa vendida .....	1620
<b>80. AÇÃO MONITÓRIA .....</b>	<b>1623</b>
80.1. Conceito .....	1623
80.2. Natureza jurídica .....	1624
80.3. Admissibilidade .....	1626
80.4. Fazenda Pública e ação monitória .....	1628
80.5. Incapaz e ação monitória .....	1629
80.6. Ingresso da monitória .....	1630
80.7. Expedição do mandado monitório e citação do réu .....	1632

80.8. Posturas do réu.....	1633
80.9. A natureza jurídica do pronunciamento judicial de deferimento do mandado monitório .....	1635
80.10. O pronunciamento concessivo do mandado monitório como despacho de mero expediente.....	1636
80.11. O pronunciamento que defere o mandado monitório considerado como sentença – ocorrência da coisa julgada material.....	1636
80.12. O pronunciamento concessivo do mandado monitório como decisão interlocutória .....	1638
80.13. O mérito no processo monitório e seu julgamento.....	1639
80.14. Natureza jurídica dos embargos ao mandado monitório .....	1643
80.15. Procedimento dos embargos ao mandado monitório .....	1644
80.16. Fase de cumprimento de sentença .....	1646
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>1649</b>